

# poder

## Presidente da Assembleia é acusado de desvio de verbas

Promotoria denuncia Barros Munhoz por ter recebido R\$ 1 mi quando era prefeito

**Ação gerou bloqueio do patrimônio do deputado tucano, que deve ser reeleito para o comando do Legislativo de SP**

**FLÁVIO FERREIRA**  
ENVIADO ESPECIAL A ITAPIRA (SP)  
**SILVIO NAVARRO**  
DE SÃO PAULO

O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Barros Munhoz (PSDB), é acusado num processo judicial sigiloso de participar do desvio de R\$ 3,1 milhões dos cofres da Prefeitura de Itapira (SP), município que administrou até 2004.

Investigações conduzidas pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Estado encontraram dezenas de depósitos feitos em dinheiro na conta do deputado, no valor total de R\$ 933 mil.

Segundo a denúncia apresentada à Justiça, que acusa Barros Munhoz de improbidade administrativa e enriquecimento ilícito, a movimentação em suas contas é incompatível com a renda que ele declarou na época em que era prefeito.

A Justiça de São Paulo, onde corre o processo, mandou bloquear os bens do deputado. Barros Munhoz recorreu ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) para tentar liberar seu patrimônio, mas a decisão da Justiça Estadual foi mantida no ano passado.

Seus auxiliares do deputado também foram denunciados pela Promotoria. A ação civil pública foi ajuizada em setembro de 2006 e corre em segredo de Justiça para proteger o sigilo bancário dos acusados. Não há previsão para a data do julgamento.

Barros Munhoz assumirá na semana que vem seu segundo mandato como deputado estadual e deverá ser reconduzido à presidência da Assembleia com apoio quase unânime. Até o PT e outros partidos que fazem oposição ao PSDB prometem apoiá-lo.

O tucano administrou Itapira em três oportunidades e deixou a prefeitura em 2004, quando não podia mais concorrer à reeleição e não conseguiu eleger o sucessor.

Em nota encaminhada por sua assessoria, Barros Munhoz negou as acusações e disse que os promotores que o acusaram agiram por motivação política (leia texto na página A5).

A investigação começou em 2004 com objetivo de apurar acusações de fraude em quatro licitações da prefeitura, que contratou a empresa Conservias Construções e Serviços Rodoviários para pequenas obras.

Os contratos somam apenas R\$ 436 mil. Posteriormente, ao analisar a movimentação bancária dos acusados, o Ministério Público contabilizou depósitos de R\$ 2,7 milhões em suas contas.

A Promotoria não conseguiu esclarecer a origem desses recursos e somou os dois valores para chegar aos R\$ 3,1 milhões indicados na denúncia à Justiça.

Documentos colhidos em investigações e depoimentos de funcionários da prefeitura

**SOB SUSPEITA**

A investigação que provocou o bloqueio do patrimônio pessoal do presidente da Assembleia Legislativa



**BARROS MUNHOZ**

Deputado estadual pelo PSDB, preside a Assembleia Legislativa de São Paulo. Foi prefeito de Itapira de 1977 a 1982 e de 1997 a 2004. Foi ministro da Agricultura no governo Itamar Franco

**NOÉ MASSARI**

Assessor de Barros Munhoz de 1992 a 2009, chefiou o serviço de água e esgoto de Itapira

**ADEMIR GRACIATO**

Foi secretário de Finanças de Itapira quando Barros Munhoz era prefeito

**SANDRO PÍO**

Era assessor da Prefeitura de Itapira

**COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA**

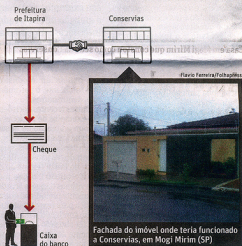
Segundo denúncia apresentada pelo Ministério Público Estadual

**1** Em 2003, a Prefeitura de Itapira contratou uma empresa chamada Conservias para realizar quatro pequenas obras, no valor total de R\$ 436 mil

**2** Segundo os promotores, a Conservias era uma empresa de fachada e não realizou os serviços para os quais foi contratada, mas a prefeitura emitiu vários cheques para pagamento dos seus serviços

**3** Segundo o Ministério Público, 33 cheques foram descontados na boca da caixa por auxiliares de Munhoz, que endossou no verso 16 cheques, permitindo que fossem sacados

**4** A análise dos extratos bancários dos acusados indicou que eles receberam R\$ 2,7 milhões em suas contas pessoais em 2003, em depósitos feitos em dinheiro vivo



**QUANTO OS PRINCIPAIS ENVOLVIDOS TERIAM RECEBIDO**

Barros Munhoz:	Noé Massari:	Ademir Graciano:	Sandro Pío:
R\$ 933 mil	R\$ 188 mil	R\$ 123 mil	R\$ 324 mil

**R\$ 3,1 milhões**

teriam sido desviados da Prefeitura de Itapira em 2003, quando Barros Munhoz era o prefeito, segundo o Ministério Público

**O QUE BARROS MUNHOZ DIZ**

- > O deputado afirma que os promotores que o denunciaram à Justiça agiram por motivação política
- > Depósitos em suas contas têm como origem seus rendimentos e empréstimos que ele teria feito
- > Os contratos com a Conservias foram aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado

e outras testemunhas indicam que auxiliares de Barros Munhoz descontaram na boca da caixa cheques emitidos pela prefeitura para pagar a empresa Conservias e outros fornecedores.

Em 16 casos, os cheques foram endossados no verso pelo próprio Barros Munhoz e por seu secretário de Finanças, Ademir Graciano, o que permitiu que os recursos fossem sacados por funcionários da prefeitura.

A Folha teve acesso a parte da ação sigilosa. Seu objetivo é reaver o dinheiro desviado dos cofres públicos e afastar os envolvidos de car-

gos políticos. Se for condenado à pena máxima, Munhoz ficará impedido de disputar eleições por dez anos.

**PERÍCIA**

Há vários indícios de que as licitações que levaram à escolha da Conservias foram fraudadas. Peritos descobriram que propostas apresentadas por concorrentes diferentes nas quatro licitações foram redigidas na mesma máquina de escrever.

Na denúncia apresentada à Justiça, os promotores André Luiz Brandão e Neander Sanches dizem que a Conservias era uma empresa fantas-

ma, criada apenas para assessorar contratos com a prefeitura e receber pagamentos do município. A empresa fechou as portas em 2004.

Em 2008, os contratos da prefeitura com a Conservias foram aprovados em tomadas de contas feitas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Os promotores descobriram que 33 cheques supostamente emitidos pela prefeitura para pagamento da empresa foram desviados.

O então assessor de gabinete do prefeito, Sandro Pío, e o ex-chefe do serviço de água e esgoto de Itapira Noé Massari fizeram saques.